

Entre estantes e documentos: os acervos de Manaus e as possibilidades para o desenvolvimento de pesquisas histórico-educacionais

Entre estantería y documentos: las colecciones de Manaus y las posibilidades para el desarrollo de la investigación histórico-educativo.

Carlos Humberto Alves Corrêa
Roberta Silveira de Andrade
Universidade Federal do Amazonas- UFAM
Manaus, AM-Brasil

Resumo

Trata-se de um inventário parcial dos acervos de quatro instituições de Manaus (Biblioteca Pública do Amazonas, Arquivo Público do Estado do Amazonas, Museu Amazônico e Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas). Buscou-se mapear as fontes que podem potencializar projetos investigativos sobre a história da educação no Amazonas, entre a segunda metade do séc. XIX e início do séc. XX. A elaboração desse inventário resulta do contato com os estudos ligados à História Cultural e das pesquisas que temos realizado nos acervos destas instituições. O inventário permite o conhecimento dos acervos documentais selecionados e o potencial elucidativo que eles guardam para a compreensão de alguns aspectos da história da educação no Amazonas, neste período. Indica alguns desafios para tornar possível o diálogo de professores e jovens pesquisadores (da graduação e pós-graduação) com estes acervos.

Palavras-chave: Acervos; Fontes; História da Educação; Amazonas.

Resumen

La investigación es un inventario parcial de las colecciones de cuatro instituciones en Manaus Manaus (Biblioteca Pública de Amazonas, Archivo Público del Estado de Amazonas, Museo Amazónico e Instituto Histórico y Geográfico de Amazonas). Se buscó mapear las fuentes que puedan potenciar proyectos de investigación sobre la historia de la educación en Amazonas, a lo largo de la segunda mitad del siglo XIX y principios del XX. La elaboración de este inventario resulta del contacto con estudios relacionados con la Historia Cultural y de las investigaciones que hemos realizado en las colecciones de estas instituciones. El inventario permite conocer las colecciones documentales seleccionados y el potencial explicativo que ellos guardan para la comprensión de algunos aspectos de la historia de la educación en Amazonas, en este período. Indica algunos desafíos para hacer posible el diálogo entre profesores e investigadores jóvenes (graduación y posgrado) con estas colecciones.

Palabras clave: Colecciones; Fuentes; Historia de la Educación; Amazonas.

Notas introdutórias

Este trabalho busca dar a conhecer alguns conjuntos de fontes que podem potencialmente subsidiar o desenvolvimento de estudos sobre a história da educação das crianças que foi forjada no Amazonas ao longo da segunda metade do século XIX e início do século XX. Para tanto, apresentamos um breve inventário das fontes que conseguimos localizar através dos levantamentos que temos feito nos acervos de quatro instituições localizadas na cidade de Manaus (AM), a saber: Biblioteca Pública do Amazonas (BPA), Arquivo Público do Estado do Amazonas (APEA), Museu Amazônico (MA) e Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA). A opção por estas instituições deu-se em razão de elas abrigarem os principais conjuntos documentais referentes ao período demarcado em nossos levantamentos.

Há, portanto, uma delimitação temática e temporal que circunscreve os limites de nosso inventário. A demarcação temporal buscou abarcar um período marcado por várias mudanças que vão atingir os mais diferentes campos da experiência social, seja em termos locais, seja em termos nacionais. Em termos locais, alguns aspectos de natureza política (elevação do Amazonas à categoria de Província, 1850), econômica (ciclo econômico de exploração da borracha, 1879-1912) e cultural (circulação/imposição de ideias e práticas ancoradas em modelos europeus que buscam conformar as cidades, os seus habitantes e as suas instituições) merecem destaque nesse período. A demarcação temática ocorreu em razão do nosso envolvimento com o tema da criança e dos processos pensados para a sua formação escolar.

A construção do inventário se apoia nas contribuições advindas de estudos ligados à História Cultural (DARNTON, 1990; CHARTIER, 1990; 1991; 1996 e HUNT, 1995). Eles ocasionam mudanças significativas no campo das pesquisas historiográficas, pois propõem novas maneiras de definir e abordar os temas, os objetos e as fontes de estudo. O crescente número de estudos sobre **cultura escolar, história das instituições escolares, história das disciplinas** expressa esse movimento de reconfiguração que também ocorreu no território da história da educação. A noção de cultura escolar (JULIA, 2001; FARIA FILHO et al, 2004), ganha centralidade, uma vez que ela permite “[...] articular, descrever e analisar, de uma forma muito rica e complexa, os elementos chaves que compõem o fenômeno educativo tais como os tempos, os espaços, os sujeitos, os conhecimentos e as práticas escolares.”

(FARIA FILHO, 2003, p.112)

Para dar conta desses novos objetos e novos temas, os historiadores da educação, em diálogo com a História Cultural, buscam ampliar e diversificar os repertórios de fontes utilizadas em seus estudos. Passam a se ocupar, não apenas com o levantamento de fontes relacionadas aos dispositivos de modelização pedagógica (leis, regulamentos, programas de ensino, preceitos), como também, mapear as fontes que lhes aproximem dos modos diferenciados pelos quais os seus agentes se apropriam desses dispositivos.

Dentro dessa perspectiva, a ampliação e diversificação do repertório de fontes incitaram os historiadores a assumirem uma postura mais crítica diante das fontes selecionadas (tradicionais ou não). Lopes e Galvão (2001) apresentam alguns contornos dessa nova postura que os historiadores têm assumido com relação às suas fontes:

[...] em vez de fetichizarem o documento, acreditando que eles possam falar toda a verdade, os historiadores têm se esforçado para problematizar essas fontes. Em outras palavras, é preciso discutir, por exemplo, o que presidiu a publicação de um ato oficial ou entender que, ao lado da intenção da lei, existem as práticas que fazem o dia-a-dia da escola. [...] O trabalho a ser realizado, a partir da escolha feita, exigem que se persigam o sujeito da produção, as injunções na produção, as intervenções, isto é, as modificações sofridas e o destino e destinatários desse material. (p. 81).

Em termos metodológicos, este inventário apresenta um caráter exploratório, inventariante e reflexivo. Ele é resultante, como já afirmamos, do trabalho de levantamento que temos realizado nos acervos destas quatro instituições, tendo em vista a localização, leitura e categorização de fontes que possam subsidiar nossas pesquisas sobre a história da escolarização das crianças e de outros temas a ela associadas (história da leitura, dos livros escolares e da formação de professores).

1- Inventário das instituições e seus acervos

Para os propósitos deste trabalho nos limitamos a apresentar um levantamento inicial das fontes localizadas nos acervos Biblioteca Pública do Amazonas (BPA), Arquivo Público do Amazonas (APEA), Museu Amazônico (MA) e Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA). Apesar de reconhecermos as diferenças que existem entre as diferentes instituições de guarda de documentos (arquivos, museus, bibliotecas), conforme assinalado por Castro (2008, p.25), assumimos neste artigo o termo “arquivo” para nos referimos de forma geral às sessões dessas instituições que guardam acervos documentais.

Entre estantes e documentos: os acervos de Manaus e as possibilidades para o desenvolvimento de pesquisas histórico-educacionais

O trabalho de levantamento das fontes em cada um dos arquivos não ocorreu da mesma forma. Como veremos mais adiante, o funcionamento de algumas instituições, antes do início da pandemia de Covid-19, não ocorria de forma regular. Na sequência, apresentamos uma descrição geral de cada uma das instituições que fazem parte do nosso inventário.

a) Biblioteca Pública do Amazonas (BPA)– Foi fundada em 1871, mas só em 1912 passou a ocupar o prédio da Rua Barroso (centro de Manaus), construído especialmente para abrigá-la. Em agosto de 1945, um incêndio destruiu todas as suas coleções. Apesar disso, seu acervo é bastante expressivo, composto por várias coleções, entre elas: a de Obras Raras, a Amazoniana e a de periódicos antigos. No início dos anos 2000, com apoio da Secretaria Estadual de Cultura, alguns documentos e obras de seu acervo foram digitalizados e disponibilizados em suporte magnético (CD-ROM) e eletrônico (Biblioteca Virtual do Amazonas). A falta de continuidade deste projeto e as constantes mudanças no site da Biblioteca Pública do Amazonas tornaram este acervo digital praticamente inacessível. Além disso, as constantes reformas no prédio tem dificultado a consulta sistemática de seu acervo físico.

b) Arquivo Público do Estado do Amazonas (APEA) - É uma das divisões subordinadas à Secretaria de Administração do Governo do Estado do Amazonas. Desde sua criação (1897), assumiu o papel de guarda e conservação de toda massa de documentos oficiais pertencentes aos diferentes ramos do Estado. As condições do prédio, localizado na Rua Bernardo Ramos, centro de Manaus, não são adequadas à guarda e conservação do seu rico acervo. Em 2019, parcerias firmadas com a Universidade Federal do Amazonas e outras instituições privadas de ensino, viabilizou a realização de ações de higienização, identificação, descrição e organização do seu acervo. Entre os conjuntos documentais localizados em nossos levantamentos, destacamos a coleção de leis, de diário oficial e de códigos contendo correspondências enviadas e recebidas, entre os últimos anos do regime imperial e início da república, pelas diferentes repartições públicas amazonenses.

c) Museu Amazônico (MA)- É um órgão suplementar da Universidade Federal do Amazonas. Criado em 1975, só entrou em funcionamento em 1989. Sediado na Rua Ramos Ferreira, centro histórico de Manaus, o Museu se organiza em torno de 06 divisões (Antropologia; Arqueologia; Paleontologia e Mineralogia; Pesquisa e Documentação Histórica; Difusão

Cultural; Museologia) e uma Biblioteca Setorial especializada em assuntos relacionados à Amazônia. Através da biblioteca é possível consultar os 09 fundos documentais constituídos e disponibilizados pela Divisão de Pesquisa e Documentação Histórica. Nosso trabalho de levantamento, até o momento, se restringiu ao exame da documentação do Fundo Amazônia Colonial-Imperial e do Fundo Amazônia República. Entre os documentos identificados no Fundo Amazônia Colonial-Imperial, destacamos a existência de alguns relatórios dos presidentes da Província do Amazonas, regulamentos da Província, leis da Província e do Império. No Fundo Amazônia República, foi possível identificar a existência de leis, decretos, regulamentos, relatórios e mensagens do Governo Estadual do Amazonas. Este Fundo abriga documentos da administração municipal de Manaus (anais, balancetes, leis, entre outros) que ainda não foram explorados em nosso trabalho de levantamento. É perceptível o cuidado com adoção de medidas e procedimentos técnicos adequados que garantem a guarda e conservação de seus acervos.

d) Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA) – Foi fundado em 1917 e, desde então, passou a funcionar em um prédio de dois andares, localizado na Rua Frei José dos Inocentes, centro histórico de Manaus. O IGHHA possui um acervo bastante expressivo de documentos da época da província e primeiras décadas do regime republicano. Além da coleção de documentos legais, destacam-se as coleções de folhetos, revistas e jornais deste período. Boa parte do seu acervo encontra-se higienizado e catalogado. Apesar disso, seu atendimento é frequentemente interrompido em razão da falta de recursos financeiros para contratação de profissionais ou bolsistas especializados.

2- Inventário das fontes

O inventário das fontes textuais (manuscritas e impressas) que passamos a apresentar resulta de uma seleção que fizemos a partir do recorte temático e cronológico indicados anteriormente.

Não apresentaremos neste inventário nenhuma lista dos documentos identificados em nossos levantamentos. Preferimos apresentar e descrever os conjuntos documentais que encontramos e que potencialmente podem auxiliar o desenvolvimento de estudos sobre a história da educação amazonense.

Em grande medida, as fontes aqui apresentadas foram produzidas no âmbito da administração pública amazonense (instituições, gestores, autoridades, funcionários) ou em

Entre estantes e documentos: os acervos de Manaus e as possibilidades para o desenvolvimento de pesquisas histórico-educacionais

função dela. Assim sendo, correspondem às ações de formular, implantar e gerir os serviços ofertados à população, entre os quais, a escolarização das crianças e jovens. Remetem, portanto, ao lugar de produção das diretrizes e normativas escolares, aos projetos de modelação propostos por aqueles que detinham algum tipo de poder sobre a administração da Província/Estado ou, mais especificamente, sobre a gestão do sistema de ensino.

Sendo assim, essas fontes são mais férteis para uma aproximação com o polo onde são instituídas as regras, os discursos e as ações que buscam modular o funcionamento do aparelho escolar. Faria Filho (1998, p.94) observa que estes documentos, em grande medida, são produzidos a partir de uma exigência legal. É preciso enfatizar, conforme já destacamos anteriormente, a recomendação dos historiadores para a necessidade de assumirmos uma atitude problematizadora diante dessas fontes a fim de gerar novas formas de percepção, utilização e interpretação das mesmas. Sobre a legislação e outros documentos emanados do Estado, Galvão e Batista (2003) reconhecem a existência de um movimento de crítica e re-significação que tem pautado o seu uso nos estudos histórico-educativos:

Por muito tempo como únicas fontes utilizadas nas pesquisas realizadas no campo da história da educação, os documentos oficiais têm sido crescentemente criticados e re-significados nas pesquisas recentemente realizadas que os consideram como uma das versões do passado e que constitui o dever ser, ou seja, projetam, em muitos casos, uma situação ideal. (p.180).

Não se trata, portanto, de assumir uma posição de aversão às fontes oficiais como documentos sobre os quais o pesquisador reconstitui a história da educação. O que se busca através das críticas a elas direcionadas é a sua re-significação, seu uso menos mecânico no interior das práticas de pesquisas que se pautam por uma noção mais ampliada e crítica das fontes históricas.

Praticamente todas as coleções apresentam problemas de conservação ou de lacunas de alguns volumes. Mesmo nos CDS publicados pela Biblioteca Pública as coleções são incompletas. Essas dificuldades podem, em parte, ser supridas a partir da consulta aos acervos digitais de outras instituições estrangeiras (Universidade de Chicago) ou nacionais (Biblioteca Nacional). No levantamento que realizamos, conseguimos identificar os seguintes conjuntos documentais:

* *Relatórios da Presidência da Província e do Governo do Estado* – Os exemplares impressos dos Relatórios do executivo amazonense podem ser localizados nos acervos do Arquivo Público do Estado do Amazonas, do Museu Amazônico e do Instituto Histórico Geográfico do Amazonas. No Arquivo Público é possível encontrar exemplares dos Relatórios correspondentes ao período imperial e republicano. Já os acervos do IGHA e do MA guardam exemplares dos relatórios que se referem mais ao período republicano. A versão digitalizada de alguns exemplares dos Relatórios dos Presidentes de Província do Amazonas pode ser consultada no CD-ROM *Documentos da Província do Amazonas: legislação e relatórios 1852/1889*. No entanto, este dispositivo, em função dos problemas de armazenamento e organização do conteúdo que deveria ter sido digitalizado, se apresenta com inúmeras lacunas. De modo geral é possível dizer que os *Relatórios da Presidência da Província e do Governo do Estado* contêm uma espécie de balanço geral que periodicamente o chefe do poder executivo realizava acerca dos diferentes ramos da administração pública. A instrução pública aparecia entre outras preocupações que os dirigentes da província/estado apresentavam em seus relatórios. Destacando as suas necessidades, os seus problemas; sublinhando as realizações ou projetando inovações/intervenções, os relatórios nos permitem perceber como a instrução pública era vista aos olhos do poder. A ênfase que é dada à educação nestes relatórios é variável (número de páginas/parágrafos a ela destinada, inclusão ou não de anexos da instrução pública). Além disso, esses relatórios apresentam um conjunto de informações que, aparentemente, não teriam relação direta com a área da educação, mas que oferecem possibilidades de compreensão de aspectos da vida, dos lugares e das pessoas que eram alvo do processo de criação e expansão do sistema escolarização, tais como: topografia, habitação, população, língua, condições de vida, existência ou não de escolas e igrejas. Destacam-se as informações encontradas, por exemplo, relativas aos setores de Civilização e Catequese dos Índios, da Diretoria Geral dos Índios, do Tesouro/Finanças, da Repartição de Estatística, do Arquivo Público e da Biblioteca.

* *Relatórios da Instrução Pública* – No conjunto, os relatórios nos fornecem informações sobre a situação geral das escolas e os desafios que se apresentam para o seu regular funcionamento. Entre elas, destacamos os pronunciamentos recorrentes sobre a expansão da oferta de escolas primárias em Manaus e nas cidades do interior; a institucionalização (ou não) do ensino obrigatório, a profissionalização dos professores; a proposição de

Entre estantes e documentos: os acervos de Manaus e as possibilidades para o desenvolvimento de pesquisas histórico-educacionais

diferentes formas de ensinar e de organizar a escola e o seu currículo; os materiais e equipamentos que deveriam servir como apoio ao trabalho de ensino do professor. Os números, as tabelas, as estatísticas, os formulários sobre matrícula, número de escolas nos diferentes anos e as suas respectivas localizações geográficas, lista de material comprado e distribuído entre as escolas primárias, ajudam-nos a construir uma visão sobre a escola do passado. Essas informações contidas nos relatórios da instrução pública muitas vezes reaparecem nos relatórios do chefe do executivo (provincial/estadual), ainda que de maneira mais generalizada e sintética decorrente de uma operação que seleciona o *que* e o *como* deve ser relatado sobre a instrução pública. A maior parte dos Relatórios da Instrução Pública que conseguimos localizar aparece como anexo de alguns Relatórios dos Presidentes de Província e dos Governadores, bem como do Relatório do Departamento do Interior. Conforme já indicamos, os relatórios do executivo amazonense podem ser encontrados nos acervos do APEA, IGHA e MA.

* *Relatórios de Instituições Escolares* – existem em número muito mais reduzido do que os Relatórios da Instrução pública. Localizamos relatórios de instituições voltadas para o ensino de meninos e meninas órfãs e relatórios da Escola Normal. Alguns desses relatórios nos pareceram mais voltados à prestação de contas dos recursos que receberam. Mesmo assim, é possível encontrar informações sobre o modo como elas se organizavam (em termos de tempo, de saberes, de profissionais e de espaço) para cumprirem o seu papel de instrução das crianças e de formação dos futuros professores. Os relatórios localizados encontram-se como anexos de alguns relatórios dos chefes do executivo (provincial/estadual), disponíveis nos acervos do APEA, IGHA e MA.

* *Relatórios de Visitadores e Inspetores Escolares* – poucos relatórios desse tipo foram encontrados. Faria Filho (2000) reconhece os relatórios de inspetores e de diretores de grupos escolares como fontes muito ricas para o entendimento da dinâmica de funcionamento das escolas. Essa modalidade de relatório nos fornece pistas mais diretamente relacionadas ao que se passava no interior das escolas primárias da capital e do interior. O visitador é uma figura prevista no Regulamento da Instrução Pública do Amazonas, de 1859, e que antecede o surgimento do inspetor de ensino. Suas visitas tinham como finalidade inspecionar o trabalho realizado pelas escolas do interior. Em nossas buscas conseguimos localizar um único relatório de visitador, escrito em 1861, pela pena

hábil e experiente de Antonio Gonçalves Dias durante a visita que fez, a pedido do então Presidente da Província, Manoel Clementino Carneiro da Cunha, às escolas primárias da região do Rio Solimões (Coari, Tefé, Fonte Boa, São Paulo de Olivença, Tabatinga). O relato de Antonio Gonçalves Dias nos dá uma ideia das condições pouco favoráveis em que as escolas do interior encontravam-se frente ao projeto de escolarização imaginado para a Província. Quanto aos Relatórios de Inspetores, nossas buscas conseguiram localizar um total de seis relatórios. Cinco, aparecem como anexos do Relatório da Instrução Pública de 1901. Apenas um relatório, encontra-se na forma de um pequeno volume impresso no ano de 1910.

* *Legislação escolar* – A utilização da legislação de ensino como fonte para o estudo da história da educação tem merecido uma série de críticas que, em grande medida, são ecos das críticas feitas às fontes oficiais como um todo, tal como já nos referimos anteriormente. Tomando-a nas suas diferentes dimensões (como *ordenamento jurídico*, como *linguagem/discurso* e como *prática social*), Faria Filho (1998) levanta várias possibilidades de abordá-la e que remetem às diferentes leituras que dela pode ser feita. Uma das possibilidades levantadas pelo autor é tomar a legislação como um material discursivo que conversa com a realidade social, seja como uma prática de ordenação, controle e formalização de outras práticas, seja como *lugar de expressão e construção de conflitos e lutas sociais*. Nesse sentido a lei pode ser percebida, simultaneamente, como produtora e produto da realidade social com a qual interage. Como produto, a legislação escolar expressa modos de pensar a educação, a escola, o ensino. Já como produtora, a legislação escolar pode ser entendida como prática instituinte e de conformação do campo e das práticas pedagógicas, sem que isso signifique compreendê-la apenas e tão somente como imposição. Normatizando o tempo e espaço escolar, regulamentando as condutas de ensino, determinando os saberes que devem ser ensinados, instituindo identidades profissionais; as leis de ensino vão, tensionadas pelas práticas que delas se apropriam, demarcando os contornos de certo modo de fazer a escolarização. Em nossos levantamentos, tínhamos a expectativa que o CD-ROM *Documentos da Província do Amazonas: legislação e relatórios 1852/1889*, produzido pela Biblioteca Pública do Estado, reuniria em seu volume dedicado à legislação, a totalidade dos regulamentos e regimentos da instrução pública do período provincial. Infelizmente, o CD-ROM apresenta várias

Entre estantes e documentos: os acervos de Manaus e as possibilidades para o desenvolvimento de pesquisas histórico-educacionais

lacunas, conforme já falamos anteriormente, e nos obrigou a realizar um trabalho específico de levantamento e localização das leis de ensino. Vale destacar que não há uniformidade quanto no modo de divulgação das leis de ensino e seus dispositivos normativos (regulamentos, regimentos). Por vezes, eles são apresentados em relatórios, em jornais, em volumes contendo todas as leis em vigor em um determinado período, em edições do Diário Oficial. Também são disponibilizados em forma de livretos avulsos. Alguns documentos legais da instrução pública ainda estão por serem localizados. Para auxiliar no trabalho com este tipo de fonte, sugerimos a consulta aos seguintes materiais, disponíveis nos acervos do IGHA e do Museu Amazônico: a *Collecção de leis da Província* (as leis e decretos do governo provincial, ficando de fora de suas páginas boa parte dos regulamentos e regimentos), a *Colecção de decretos, leis e regulamentos do Estado do Amazonas* (organizados por ano, os exemplares trazem integralmente o conteúdo das leis) e o *Indicador Alfabético da Legislação do Amazonas*, organizado por João Wilkens Lopes Braga. Sobre o *Indicador*, destacamos que ele abarca a legislação produzida entre 1890 a 1927. Embora ele não apresente o conteúdo integral das leis, ele apresenta um agrupamento delas a partir de títulos, por exemplo: grupos escolares, higiene, instrução pública, saúde.

* *Diário Oficial do Amazonas* – É uma fonte que, por veicular os atos do governo – e de seus departamentos - sobre os diferentes ramos da administração pública, interessa aos estudos sobre a história da educação. Em suas páginas é possível localizar informações sobre a organização do tempo escolar de algumas instituições, a localização/distribuição das escolas no espaço da cidade, os saberes exigidos daqueles(as) que se candidatassem ao cargo de professor(a) do ensino primário, os materiais escolares comprados para as escolas, anúncios de livros escolares de autores amazonenses (Carlos Pereira Pinho, Goetz Galvão de Carvalho e João Ribeiro da Silva Junior) vendidos na Imprensa Oficial, entre outras. É possível localizar coleções incompletas dos Diários nos arquivos da Biblioteca Pública do Amazonas e do Arquivo Público do Estado do Amazonas.

* *Correspondências da Instrução Pública* – Essas correspondências encontram-se organizadas em códices e encontram-se sob a guarda do Arquivo Público do Estado do Amazonas. Em geral, é possível encontrar na lombada ou na capa dos códices alguns elementos identificadores em torno dos quais os documentos foram reunidos, entre eles: o ano de

produção, tipo de documento (cartas, ofícios, minutas) e a repartição onde estes documentos foram produzidos (Tesouro Provincial, Presidência da Província, Instrução Pública, por exemplo). Nosso levantamento se deteve aos códices pertencentes ao ramo da instrução Pública. Antes de 1868, nenhum documento manuscrito relativo à Instrução Pública foi localizado. Na medida em que nos aproximamos dos primeiros anos do séc. XX eles se tornam escassos. Em que pesem as diferenças de autoria e de destinação dessas correspondências, esta é uma modalidade de fonte que têm nos permitido uma maior aproximação com o cotidiano da escola e dos professores do passado. Ainda que marcadas por certas condições de produção - que nos levam, inclusive, a percebê-las como fontes oficiais -, é inegável o potencial que essas correspondências possuem de revelar certas facetas da escola que dificilmente aparecem em outros documentos oficiais. É através delas que alcançamos as vozes não apenas daqueles que mais diretamente nos falaram através de relatórios (Diretor de Instrução Pública, do Presidente de Província, por exemplo), mas também, dos professores, dos inspetores paroquiais, de autores de livros escolares (locais, nacionais e estrangeiros), de pareceristas do Conselho de Instrução entre outros. Inicialmente vemos a possibilidade de levantar aspectos mais diretamente ligados às condições de trabalho do professor, aos utensílios e materiais de ensino que existiam no espaço escolar do período estudado; as operações realizadas em torno da adoção, da compra e distribuição desses utensílios pelas escolas da Capital e do interior, por exemplo. Por se tratarem de documentos manuscritos, a leitura deste tipo de fonte impõe certas habilidades para decifrar palavras e/ou trechos tendo em vista as diferentes grafias utilizadas naquele momento. Além disso, o estado de conservação de alguns códices impede o seu manuseio de alguns exemplares.

* *Livros escolares* - os livros escolares têm ocupado uma posição de destaque na produção historiográfica relativas a educação e a leitura. Prova disso, é que eles não apenas têm sido utilizados como fontes de pesquisa, como também, têm se constituído como objetos de investigação. Analisando os textos e a materialidade dos suportes que lhe dão a ler, é possível alcançar os modos como os autores dos livros didáticos idealizavam as formas de ensinar os saberes das diferentes disciplinas. Tal como ocorre em relação a outros tipos de documentos, a dificuldade de localização de livros escolares do passado é um dos principais obstáculos à sua utilização como fonte de pesquisa. Dos títulos adotados para uso das

Entre estantes e documentos: os acervos de Manaus e as possibilidades para o desenvolvimento de pesquisas histórico-educacionais

escolas primárias do Amazonas, constantes no levantamento realizado por Corrêa (2002), só conseguimos localizar, no acervo do Museu Amazônico, o exemplar do *Ensaio de Livro ou Terceiro livro para uso das escolas da Amazônia*, escrito pelo autor paraense, Joaquim Pedro Corrêa de Freitas. No acervo do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, também localizamos um exemplar do livro *Os 3 Reinos - Catálogo Resumido – pequena Coleção Escolar para uso de Lições de Cousas do Museu Saffray*, com indicação de uso na Escola Eduardo Ribeiro e escolas primárias do Estado do Amazonas. O livro, impresso em 1896, no Maranhão, é resultante do trabalho de tradução do Professor amazonense Goetz de Carvalho. Ainda no acervo do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, localizamos o exemplar manuscrito do livro *Novos Elementos de Leitura ou A Esperança da Juventude*, acompanhado da carta onde o autor, João da Costa Guimarães, no dia 04 de dezembro de 1981, encaminha o exemplar para julgamento da Comissão da Diretoria da Instrução Pública, encarregada de selecionar as obras escolares para serem impressas com auxílio do governo.

* *Relato de Viajantes* – alguns relatos de viagem trazem descrições sobre aspectos culturais, sociais e físicos dos lugares do Amazonas por onde os viajantes passaram. É preciso considerar que muitas vezes a escrita destes viajantes é orientada por uma visão etnocêntrica acerca das realidades das cidades visitadas. Lopes e Galvão, advertem que essas narrativas de viagem “não são espelho, nem da realidade vista/vivida, nem de nenhuma verdade; são apenas a representação que a surpresa, a emoção, ou os preconceitos e até injunções e conveniências políticas de um outro lhe permitiram construir e contar” (2001, 87). A localização deste tipo de fonte tem sido relativamente fácil em função de boa parte dos relatos de viagem ter sido traduzida para o português e publicadas em várias edições. Algumas dessas edições foram localizadas nos acervos do Museu Amazônico (Paul Marcoy -1848/1860; Alfredo Russell Wallace -1848/1859; Henry Walter Bates -1848/1859; Elizabeth Cary Agassiz -1865/1866) e da Biblioteca Pública (Paul Marcoy - 1848/1860; Robert Avé-Lallemant- 1859; Luiz Agassiz e Elizabeth Cary Agassiz -1865/1866). Os relatos destes viajantes estrangeiros não apresentam informações tão extensas sobre a realidade escolar do Amazonas. No entanto, as descrições que os viajantes fazem das Vilas e Cidades amazonenses e dos seus moradores (seus costumes, seus hábitos, suas moradias, suas línguas), fornecem um conjunto de referências que, em diálogo com outras fontes, nos ajudam no trabalho de composição do que era o Amazonas do passado.

* *Periódicos* - assim como ocorre com os livros escolares, os periódicos têm sido abordados pelos estudos históricos da educação e da leitura a partir de uma dupla perspectiva, tal seja, de serem tomados como objeto e fonte de pesquisas. Embora os periódicos também abarquem as revistas, nosso levantamento, para o período demarcado, localizou apenas as coleções de jornais da Biblioteca Pública do Amazonas e do IGHA. No caso da Biblioteca Pública, a coleção encontra-se microfilmada e a consulta é restrita a pesquisadores. A coleção existente no IGHA é composta por exemplares originais e sua consulta depende de autorização. Nosso levantamento priorizou a consulta ao acervo microfilmado da Biblioteca Pública. Foi possível identificar 180 títulos que, em sua maioria, se concentram na última década do séc. XIX e a primeira década do séc. XX. Esse grande número de títulos aponta para uma heterogeneidade do acervo não apenas quanto aos títulos, mas também, quanto ao perfil dos periódicos. Os títulos de alguns deles já nos remetem a tônica de sua escrita (informativo, literário, comemorativo, humorístico, propaganda), ou o grupo ou espaço com o qual se encontram identificados (facções políticas, agremiações esportivas e estudantis, operariado, mulheres...). A consulta direta aos periódicos microfilmados permitiu identificar alguns registros de como o mundo escolar é veiculado nas folhas dos jornais amazonenses. Entre contendas políticas, atos oficiais do poder executivo, propagandas de casas comerciais, emergem os indícios que dão visibilidade a certos aspectos do mundo escolar que muitas vezes não são referenciados em outros tipos de fonte.

A produção deste inventário possibilitou o conhecimento de alguns conjuntos de fontes existentes nos acervos de quatro instituições de Manaus. A exploração sistemática de alguns desses conjuntos revelam possibilidades investigativas relevantes para a história da educação do Amazonas. Entre essas possibilidades, destacamos o potencial que as fontes levantadas apresentam para o desenvolvimento de estudos sobre: a história da escola primária e de outras instituições (seus tempos, seus espaços, os materiais de ensino, seu currículo, sua metodologia, seus regulamentos); a história das disciplinas/saberes escolares (ensino da leitura, da escrita impressa e manuscrita/paleógrafo, ensino da matemática, introdução do canto e da ginástica, lições de coisas...); a história da alfabetização (métodos, materiais), a história dos ideários e dos debates relacionados à educação (organização das escolas, formação dos professores, formas de financiamento da educação / caixas escolares, obrigatoriedade do ensino, ensino intuitivo, métodos de alfabetização...); a história do professorado amazonense (sua

Entre estantes e documentos: os acervos de Manaus e as possibilidades para o desenvolvimento de pesquisas histórico-educacionais

formação, sua atuação, suas necessidades, seus escritos, suas obras didáticas); a história do livro escolar (seus autores, sua produção, sua difusão, a regulação de sua circulação, seus usos) e, principalmente, a histórias da escolarização (ou não) das crianças que viviam no Amazonas (crianças pobres/desvalidas, crianças indígenas, crianças nordestinas, crianças trabalhadoras, crianças órfãs, crianças dos orfanatos e asilos...).

Outras possibilidades investigativas podem surgir a partir do tratamento que se dê aos conjuntos documentais aqui apresentados. Aos movimentos de localizar, selecionar e organizar as fontes históricas somam-se outros. Os de reproduzir, confrontar, comparar essas mesmas fontes, tomado para isso uma lógica que não é aquela pensada pelos arquivos responsáveis pela sua guarda. O manuseio isolado de cada um dos conjuntos documentais ou cruzamento entre eles são escolhas que o pesquisador faz em função do arcabouço teórico-metodológico que utiliza e, principalmente, das perguntas que ele propõe aos documentos, pois “O documento em si não é História, não faz História” (LOPES; GALVÃO, 2001, p.92).

É a partir destes conjuntos documentais e de seu potencial temático que temos realizado nossos projetos investigativos.

Notas de fechamento: entre possibilidades e desafios

Temos clareza do caráter limitado e lacunar que caracteriza este inventário e todos os trabalhos que buscam organizar repertórios de fontes. A sua confecção e divulgação se assenta na intenção de dar maior visibilidade aos documentos existentes nos acervos das instituições pesquisadas. Ao destacar a sua variedade, suas limitações e suas potencialidades, ele pode se constituir um material de apoio ao desenvolvimento dos estudos histórico-educativos de pesquisadores iniciantes.

É preciso lembrar que o desenvolvimento de estudos que se debrucem sobre esses conjuntos documentais, com a intenção de explorar essas e outras potencialidades investigativas, não ocorre desassociado das condições mínimas para a sua realização. Em nossa avaliação vivemos tempos muito difíceis para o desenvolvimento das pesquisas na área das ciências humanas e sociais. Isso nos coloca diante de alguns desafios que precisam ser enfrentados e que gostaríamos de destacar levando em conta a ordem de prioridade.

Primeiro, é preciso sobreviver a este tempo de tanta escuridão onde a estupidez subverte a razão e atropela a ciência. Precisamos criar mecanismos de defesa individuais e

coletivos contra os ataques que partem do poder central e de outras esferas da sociedade brasileira. Neste sentido, é preciso fortalecer nossos vínculos de organização e cooperação para resistir a estes ataques e garantir a sobrevivência das instituições de ensino e pesquisa de nosso país.

Segundo, é necessário lutarmos pela democratização e dinamização das formas de acesso a estes arquivos e seus acervos. Entre as instituições visitadas para a confecção deste inventário, identificamos alguns entraves para acesso e consulta aos acervos de algumas delas. A produção de novos suportes para armazenamento e disponibilização de conjuntos documentais de valor histórico pode ser uma das alternativas para enfrentar essas dificuldades de acesso aos acervos. No entanto, é preciso considerar que a digitalização ou microfilmagem de documentos não é uma operação meramente técnica. Ela exige, como alerta Diana Vidal (2000, p.39), uma sensibilidade para as questões da memória que nem sempre está presente entre os profissionais responsáveis pela produção de mídia eletrônica.

Terceiro, é preciso dar visibilidade, não apenas aos arquivos existentes e aos seus conjuntos documentais tal como estamos fazendo através da publicação desse inventário. É preciso, também, investir na divulgação das pesquisas geradas a partir desses acervos. Isto pode sensibilizar estudantes de graduação e de pós-graduação e, ao mesmo tempo, fomentar a produção de pesquisas histórico-educacionais a partir destes acervos.

O caminho é longo.

Referências

- CASTRO, Celso. **Pesquisando em arquivos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- CHARTIER, Roger **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990. _____ . O mundo como representação. *Estudos Avançados*, 11(5), 1991.
- _____. Textos, impressões, leituras. In: **A nova história cultural**. São Paulo. M. Fontes, 1992.
- _____. (org.). **Práticas da leitura**. São Paulo. Estação Liberdade, 1996.
- CORRÊA, Carlos Humberto Alves. **Circuito do livro escolar: elementos para a sua compreensão no contexto escolar amazonense (1852-1910)**. 2016. Tese (Doutorado em Educação), UNICAMP, Campinas, 2016.
- DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução**. Trad. de Denise Botmann. São Paulo. Companhia da Letras, 1990.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes. A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes (org.). **Educação**,

modernidade e civilização. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

_____. **Dos pardieiros aos palácios:** cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo: UFPel, 2000.

_____. O processo de escolarização em Minas Gerais: questões teórico-metodológicas e perspectivas de análise. In: VEIGA, Cynthia e FONSECA, Thaís. (orgs.). **Historiografia e história da educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FARIA FILHO, Luciano et al. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. **Educação e pesquisa**, São Paulo, v.30, n.1, p.139-159, jan./abr. 2004.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; BATISTA, Antonio Augusto Gomes. Manuais escolares e pesquisa em História. In: VEIGA, Cynthia Greive; FONSECA, Thais Nivia de Lima (orgs). **História e historiografia no Brasil.** Belo Horizonte, Autêntica, 2003. p. 161-188.

HUNT, Lynn (org.). **A nova História Cultural.** São Paulo. Martins Fontes, 1995.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. In: **Revista brasileira de história da educação.** Campinas: Autores Associados, n.1, p.9-13, jan./jun. 2001.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da Educação.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

VIDAL, Diana Gonçalves. Fim do mundo do fim: avaliação, preservação e descarte documental. In: FARIA FILHO, Luciano (org.). **Arquivos, fontes e novas tecnologias:** questões para a história da educação. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

Sobre os autores

Carlos Humberto Alves Corrêa

Doutor em Educação, Professor Associado da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas, membro do Grupo de Pesquisa Formação e práxis do(a) Educador(a) frente aos Desafios Amazônicos.

Email: parachac@hotmail.com Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-6114-9886>

Roberta Silveira de Andrade

Graduada em Letras pela Universidade Federal do Amazonas. Membro do Grupo de Pesquisa Formação e práxis do(a) Educador(a) frente aos Desafios Amazônicos.

Email: rsaprf@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7043-1234>

Recebido em: 27/01/2021

Aceito para publicação em: 25/04/2021